

SUMÁRIO

Apresentação, 7

Introdução, 11

Da necessidade de pensar, olhar qualitativamente e repensar, 11
A língua inglesa no vestibular da Unesp e a nossa contribuição, 14
Compartilhando nossa interpretação e motivando outras, 16

1 O percurso de nossa investigação, 19

- 1.1 Os objetivos, 19
- 1.2 O arcabouço filosófico e metodológico, 20
- 1.3 O questionamento, 23
- 1.4 O contexto, 23
- 1.5 O método, 24

2 Perfil longitudinal das provas, 27

- 2.1 A estrutura geral das provas e suas alterações ao longo do tempo, 28
- 2.2 A formulação das provas, 32
 - 2.2.1 O inglês como disciplina na Prova de Conhecimentos Gerais, 32
 - 2.2.2 Os objetivos educacionais que fundamentam os vestibulares, 37
 - 2.2.3 As instruções para a elaboração de questões de múltipla escolha, 52
 - 2.2.4 O programa de língua inglesa, 55
- 2.3 As questões de leitura, 58
 - 2.3.1 A formulação das instruções nas questões de leitura, 59
 - 2.3.2 O conteúdo temático das questões de compreensão textual, 64
 - 2.3.3 A relação seqüencial *texto-questões*: uma estratégia, 68
 - 2.3.4 Conhecimento de mundo *versus* conhecimento lingüístico, 74
 - 2.3.5 Os percentuais de acerto: *pulverização e complexidade*, 79

- 2.4 As questões de gramática, 98
 - 2.4.1 O formato, 98
 - 2.4.1.1 A formulação das instruções, 99
 - 2.4.1.2 A formulação das questões e alternativas, 101
 - 2.4.2 O conteúdo, 106
 - 2.4.3 O fenômeno de *pulverização*, 110
 - 2.4.4 Algumas reflexões, 133
- 2.5 O perfil socioeconômico dos candidatos e sua formação na língua estrangeira, 135
- 3 Uma interpretação qualitativa: refletindo criticamente sobre as provas de inglês, 139
 - 3.1 As provas sob uma perspectiva avaliativa: as prioridades, 140
 - 3.2 As provas sob um enfoque contextual: as orientações, 143
 - 3.3 As provas sob uma ótica curricular: o embasamento teórico, 151
 - 3.4 Considerações finais: as implicações da investigação realizada, 155
- 4 Alternativas para a avaliação de inglês: nossa proposta, 159
 - 4.1 Ilustrando algumas atividades, 161
 - 4.2 Propondo uma alternativa de avaliação, 169

Referências bibliográficas, 175

Anexos, 179

Anexo 1: A leitura nos vestibulares da Unesp de 1981 a 2000, 179

Anexo 2: A gramática nos vestibulares da Unesp de 1981 a 2000, 190

Anexo 3: As instruções para a elaboração de questões de múltipla escolha, 209

Anexo 4: A repercussão das provas na perspectiva de três cursos pré-vestibulares, 211

Sumário dos quadros, 220

APRESENTAÇÃO

Afirmar que a língua, em especial a língua estrangeira, constitui instrumento de dominação é lugar-comum desgastado. Na verdade, o papel ideológico da língua deve ser entendido como reflexo de dependência econômica, política e cultural, e não como sua causa. Tanto é que, historicamente, constatam-se mudanças na prática da língua estrangeira no país.

Uma inspeção nos registros estatísticos do século 19 de três bibliotecas paulistanas, que receberam consulentes com interesses diversos, a Biblioteca Pública, a biblioteca da Escola Politécnica e a biblioteca da Faculdade de Direito, revela que oscilou entre 24 e 86% do total a quantidade de obras de língua francesa consultadas no período 1896-8, contra índices de 0 a 4% para as de língua inglesa. No decorrer do século 20, a influência francesa foi diminuindo, embora, como aponta a crítica literária Leyla Perrone-Moisés, da USP, a França tenha continuado a ser uma grande exportadora de idéias para as Américas. No Brasil, chegou-se a adotar a expressão *missão francesa* para designar os rumos do pensamento intelectual e do modelo de universidade implantados em decorrência do fracasso paulista na Revolução Constitucionalista de 1932.

Neste início de século 21, a língua inglesa predomina, chegando a ser a opção de cerca de 98% dos vestibulandos da Unesp. Em suma, é a força surda das contingências econômicas, como bem coloca Paul Mantoux no clássico *A revolução industrial no século XVIII* (Unesp-Hucitec, 1988), que molda o desenvolvimento do fazer e do saber nas diversas sociedades, e que pode explicar a atual proeminência da língua inglesa. Tentativas de introduzir ensino e uso de idioma por legislação, como as que têm sido vistas ultimamente a favor da língua espanhola, poderão não ter sucesso.

Inspirando-se em Thomas S. Kuhn, um dos grandes estudiosos do desenvolvimento do conhecimento científico, ao lado de Karl R. Popper, autor de *A sociedade aberta e seus inimigos*, torna-se necessário adentrar pelo paradigma para dominá-lo, modificá-lo ou, até mesmo, derrubá-lo. Assim fizeram os japoneses, quando se voltaram para a língua inglesa e, por meio de seu indispensável uso, inseriram-se a cavaleiro no capitalismo ocidental. É neste referencial paradigmático que se deve equacionar a presença da língua inglesa no mundo neoliberal e em sua cultura, porque, melhor que combatê-la, há de compreendê-la.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional determina para os currículos de ensino fundamental e médio uma base nacional comum e uma parte diversificada, na qual se prevê o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, a critério de cada sistema escolar. Desse modo, é legítimo que a Unesp inclua no vestibular a possibilidade de opção entre duas línguas estrangeiras, oferecendo inglês, pelo seu caráter universal, e francês, pelo seu papel político e histórico na educação brasileira. Consciente do capital cultural e da elitização adicionais que a aprendizagem de língua estrangeira significam, a Unesp inclui a disciplina na Prova de Conhecimentos Gerais, cujo espírito é avaliar a formação geral, não especializada, de todos os candidatos, independentemente da área do conhecimento que pretendam seguir, e não apenas dos que se dirigem aos cursos de letras.

Neste número, a série *Pesquisa Vunesp* trata, pela primeira vez, da presença da língua estrangeira no Vestibular da Unesp. Resulta de investigação parcialmente financiada pela Fundação, a partir de projeto editorial de sua Diretoria Acadêmica, que visa abordar todas as provas e disciplinas presentes na seleção para ingresso ao ensino superior.

Estes resultados circulam em momento particularmente oportuno, em que muitas polêmicas têm vindo à tona na educação nacional, como, por exemplo, a suspeita inesperada de que o emprego do construtivismo na alfabetização, até então consensual entre educadores, considerado por muitos um dogma e adotado explicitamente por diversas secretarias de educação como método seguro e eficaz, poderia estar reforçando o fosso entre as bagagens culturais dos alunos de escola pública e os de escola particular. Os próprios autores desta pesquisa, quando defendem que formas mais sofisticadas de raciocínio deveriam ser privilegiadas pelos organizadores do vestibular, diminuindo-se a ênfase hoje conferida pela Prova de Conhecimentos Gerais da Unesp à primeira das categorias da hierarquia construída

por Bloom et alii, abrem interessante frente de discussão, contrariando resultados de outras pesquisas.

O vestibular é muito mais reflexo do que causa daquilo que ocorre no ensino. A Vunesp pretende, com esta publicação, continuar contribuindo com o indispensável pensar da universidade sobre os instrumentos, a forma e o mecanismo de acesso ao ensino superior. Outras lacunas desta natureza deverão ser cobertas pelos próximos números da série.

São Paulo, outono de 2001.

Fernando Dagnoni Prado

Diretor Acadêmico